

TESTEMUNHO E PÓS-MEMÓRIA EM NOEMI JAFFE E MICHEL LAUB

Alice Cardoso Ferreira¹

Resumo: A definição da ruína como latência leva em conta a sua possibilidade de manifestação. Agamben associa as lacunas dos campos de concentração ao resto, que se tornam passíveis de preenchimento, sendo o papel das testemunhas fundamental nessa configuração. As histórias individuais que surgem em função dos eventos catastróficos da Shoah têm em sua estrutura a função das testemunhas, que falam por si e por quem não pode, e da pós-memória, na transmissão das experiências traumáticas através das gerações. As narrativas de *O que os cegos estão sonhando?* e *Diário da queda* contêm diálogos intergeracionais que trazem no seu centro as relações do testemunho com a transmissão das experiências através das gerações, portanto.

Palavras-chave: Testemunho; Shoah; Pós-memória; Ruína.

Giorgio Agamben em *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a memória* (2008) estabelece uma sinonímia entre as testemunhas, os sobreviventes da Shoah² e, a possibilidade de esse testemunho se efetuar, o resto. De modo que o autor parte da etimologia do termo — em que *testis* seria a testemunha por aproximação e o *superstes*, o sobrevivente (AGAMBEN, 2008, p. 27) — com a intenção de desenvolver os significados do testemunho, ele os aproxima do resto, que seriam as lacunas, a possibilidade de preenchimento das histórias sobre a catástrofe. Entre essas lacunas, as histórias com possibilidade de surgir, o sentido da ruína se move: possui o imperativo da manifestação. Nesses termos, a ruína adquire o significado da latência, por estar contida nela a condição ética centrada no sujeito, tanto no testemunho integral, sobrevivente, como no testemunho por aproximação, aquele que fala por quem não pode ou por quem não consegue, que não prescinde de legitimação, mas tem chances de ser conhecida através da fala. Da mesma forma que Agamben trabalha a etimologia para fundamentar suas considerações sobre o testemunho, Márcio Seligmann-Silva (2005) o designa como o testemunho da história (*testis*) e o testemunho da experiência (*superstes*).

A definição da ruína como latência pode também ser depreendida da estruturação feita por Jacques Derrida sobre o arquivo em *Mal de arquivo: uma impressão freudiana* (2001) e de uma forma complementar por Walter Benjamin em *A origem do drama trágico alemão* (1926): observamos que em ambos também há a percepção dos eventos

¹ Doutoranda em Letras: Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

² Do hebraico, a palavra Shoah se aproxima de devastação ou catástrofe. O termo foi escolhido em detrimento de holocausto, do grego, que indica sacrifício voluntário ou martírio, se afastando, portanto, da prática ideológica genocida nazista (AGAMBEN, 2008).

na possibilidade de manifestação. O primeiro autor, ao fundamentar sua teoria do arquivo estabelecido entre os princípios ontológico (de origem topológica) e nomológico (a partir das interpretações dos arcontes, os responsáveis pela guarda dos arquivos), resgata o sentido freudiano — contido em *O mal estar na civilização* (1929), sobre as camadas superpostas na sondagem topológica do inconsciente social da cidade — em torno da busca da origem eventual, uma vez que temporalmente perdida, é possível trazê-la à tona; há chance, então de buscar a memória dos fatos ou eventos em sua origem. Walter Benjamin, por outro lado, considera a ruína no sentido da decadência, assim construída na sua interpretação da época barroca alemã em que define o drama trágico como gênero textual. O autor ao trabalhar a alegoria em seu sentido etimológico, o que diz uma coisa para significar outra, separa os elementos das peças do teatro barroco com o intuito não somente de trazer outra época histórica para análise em comparação com a sua, mas também a fim de que sejam reavaliados no parâmetro da sua maneira de revisitar a história, trazendo elementos já cristalizados no tempo para reinterpretação. O que se destaca nessas três concepções da ruína enquanto latência é a possibilidade de manifestação dos fenômenos históricos depois de um tempo, com o intuito de resgate, de reinterpretação e também de uma concepção da memória a partir do estatuto ético centrado nos sujeitos históricos.

A sinonímia do resto com as testemunhas da Shoah na proposta de Agamben, em que as lacunas existentes entre os mortos, os submersos, os sobreviventes e os salvos têm a possibilidade do preenchimento, da manifestação, portanto, encontra clareza quando são relacionados, por exemplo, dois expoentes da literatura de testemunho. Em *O que os cegos estão sonhando?* (2012), Noemi Jaffe reproduz (traduzido do sueco), na primeira parte do livro, o diário de sua mãe, d. Lili, escrito após seu resgate pela Cruz Vermelha do campo de extermínio de Bergen-Belsen. Nesse diário, d. Lili narra as experiências nos campos por onde passou, Auschwitz e Bergen-Belsen, assim como os eventos catastróficos e traumáticos ocorridos desde a deportação, a perda da mãe, o trabalho na cozinha dos campos (o que garantiu sua sobrevivência), a libertação pelas tropas soviéticas, a saudade da família, a passagem pelos campos de refugiados, e a volta à cidade natal para reencontrar o irmão. A segunda parte do livro se refere ao relato de Jaffe sobre as impressões que a experiência da mãe deixara nela, desde o trauma, a recuperação da dignidade, a emigração para o Brasil, a constituição da família, e as questões relativas à linguagem, à catástrofe, à religiosidade, à raiva, a experiência da visita a Auschwitz e a escrita do livro. A terceira parte traz o relato da

filha de Noemi Jaffe e neta de d. Lili, Leda Cartum, sobre a visita das duas a Auschwitz, e as impressões sentidas sobre isso, assim como a relação dela com a história da avó.

Em *Diário da queda* (2011), Michel Laub tematiza a escrita de diários por três gerações da mesma família, a partir da história do avô do narrador, sobrevivente de Auschwitz. O narrador anônimo, à medida que narra sua história, conta sobre como tomou conhecimento da história do avô sobrevivente, que não conheceu. O livro é dividido em capítulos e estes apresentados, em sua maioria, sob forma de tópicos numerados. O fato que levou o narrador a ter conhecimento da história do avô e da escrita de seus diários foi uma queda provocada a um amigo da escola, João, única personagem nomeada no livro, na festa de seu aniversário de treze anos. Pelo fato de João ser um dos poucos alunos não judeus frequentando uma escola judaica em Porto Alegre, sofreu perseguição na forma de uma queda provocada pelos colegas. Tomando conhecimento do envolvimento do filho no episódio, o pai do narrador conta a ele sobre a história do avô em Auschwitz e também sobre a existência dos diários, logo após uma briga séria entre os dois, envolvendo até mesmo agressão física, por o narrador ter se mudado de escola após o episódio com João. O fato que relaciona diretamente o trauma é que nos cadernos do avô não há nenhuma menção sobre a vida nos campos: ele a cala, e não há também nenhuma referência sobre sua vida antes da deportação, como era sua família, como foi a rotina no campo, nenhuma informação relativa ao que houve antes do desembarque no Brasil. O narrador, então, com a leitura desses cadernos, passa a ter conhecimento sobre a história de sua vida, das conexões com a de seu pai e a de seu avô, e o histórico de trauma nas três gerações. A relação entre a escrita é continuada pelo pai do narrador que também escreve, quando descobre o Alzheimer, e também o narrador que narra a história de sua família numa nova série de diários, a fim de mostrar ao filho que nasceria.

Os dois livros podem ser lidos a partir de dois pontos de vista complementares, na perspectiva da literatura de testemunho e da pós-memória. Quanto ao primeiro, deve ser considerado dentro da observação feita por Seligmann-Silva (2005) sobre o século XX ser designado como a era das catástrofes e se configurar em relação ao trauma. De acordo com as definições psicanalíticas, o trauma — etimologicamente, do grego, ferida — seria uma fixação psíquica numa situação de ruptura em que há distúrbios duradouros na vivência do sujeito, sendo sua temporalidade complexa (FREUD, 2014). O testemunho da vivência da Shoah toma proporções diversas causadas pelo trauma, essas partem da experiência emocional, ocasionadas pelo medo, susto, vergonha e culpa

pela sobrevivência (SELIGMANN-SILVA, 2002), podendo evoluir para neuroses e, em casos extremos, psicose.

Há, portanto, uma diferença de terminologia, em suas funções, entre a testemunha e o testemunho. A primeira se refere à pessoa; o segundo diz respeito ao ato de testemunhar. Nesses termos, há os dois tipos de testemunhos mencionados anteriormente (o da experiência e o da aproximação, e as suas designações tanto por Agamben (2008) quanto por Seligmann-Silva (2005)): quem vivenciou a catástrofe e quem, mesmo não tendo tido a experiência, tem condições de falar sobre ela. O sobrevivente, na designação de Agamben foi definido como testemunha integral e na de Seligmann-Silva, como testemunho da experiência; esse não se prende à fala, sua existência por si só valida a experiência. Porém, alguns sobreviventes dão seu testemunho pela fala e escrita. D. Lili, no primeiro livro, e o avô do narrador, no segundo, exemplificam essa tipologia.

As testemunhas por aproximação, por outro lado, apesar de não terem tido a experiência, tomam para si a responsabilidade de falarem sobre os eventos catastróficos, por quem não pode, ou por estarem mortos, ou não conseguirem. Seligmann-Silva a define como o testemunho da história; Agamben, como o auctor, a pessoa que fala/escreve por quem não pode. Dessa maneira, há a possibilidade de as lacunas históricas serem preenchidas, validando tanto a descrição de Agamben sobre o *resto* de Auschwitz, o que salta da história e pode ser inteirado, como a nossa definição da ruína como latência; as testemunhas podem falar por si e pelos outros prisioneiros já mortos, ou sem condições de falar. Nesse sentido, ao trazer para a leitura o fato de o romance ser ficcional, o avô do narrador de Laub pode ser também qualificado como testemunha da história. Há nesse romance também o exemplo do auctor, representado na testemunha integral de Primo Levi, que é a quem o narrador recorre a fim de preencher os espaços vazios na história deixada em branco pelo avô; assim representando o auctor, ele ainda indica o preenchimento de lacunas deixadas em branco:

Não sei se meu avô leu *É isto um homem?*, e se tiver vivido o que Primo Levi narra faz com que o livro soe diferente, e o que para um leitor comum é a descoberta dos detalhes da experiência em Auschwitz para o meu avô era apenas reconhecimento, uma conferência para ver se o que era dito no texto correspondia ou não à realidade da memória do meu avô, eu não sei até que ponto essa leitura com o pé atrás tira parte do impacto do relato (LAUB, 2011, p. 65).

Quanto à segunda leitura sugerida, pela perspectiva da pós-memória, a terminologia foi aprofundada por Marianne Hirsch em *The generation of postmemory: writing and visual culture after the Holocaust* (2012), e diz respeito ao processo de transmissão. O pós contido no termo não implica num após, não se refere a uma memória que vem depois, mas a um processo, o movimento de transmissão tanto do trauma quanto das suas impressões pelas gerações posteriores. Também não diz respeito a causalidades, mas a rupturas e continuidades, em que a geração atual se reconhece na anterior e os eventos traumáticos são transferidos. A pós-memória é responsável por esclarecer como as rupturas e quebras introduzidas pelo trauma modulam a herança geracional. Outra configuração sobre a pós-memória diz respeito à reestruturação em torno da memória política e cultural distantes ao investigá-las a partir da mediação familiar e individual e de expressão estética. Dessa forma, quem não é afetado pelo trauma também pode se engajar na geração da pós-memória: há identificação, imaginação e projeção pelas gerações pertencentes às famílias traumatizadas, mas não apropriação ou imitação por quem não vivenciou as catástrofes, na modulação de um *ethos* histórico em que as histórias individuais se agrupam em conjunto de uma temática comum, a fim do resgate e redefinições da história catastrófica coletiva.

Gostaríamos de destacar, então, a fim de exemplificar nos textos a relação tanto com o testemunho como com a pós-memória, duas situações narradas nos livros como forma de identificar a estrutura da literatura de teor testemunhal da era das catástrofes (nos termos de Seligmann-Silva, como ocorre no século XX), e da pós-memória. A primeira diz respeito ao questionamento feito por Jaffe em seu relato, na segunda parte de *O que os cegos estão sonhando?*, assim como o narrador de Laub em *Diário da queda*, sobre as experiências individuais, que cada vez mais, estão sendo trazidas à luz do evento, já muito citado, pesquisado e analisado em sua estrutura coletiva. Assim, nas palavras de Jaffe:

É possível que o holocausto já tenha se esgotado e cansado enquanto fonte de aprendizado. Mas isso, supostamente, em seu sentido coletivo. Como experiência individual não se esgota, nem deve se esgotar. E acontece que, na realidade, a vivência coletiva da guerra é uma coleção de histórias individuais; o aprendizado coletivo da guerra é somente de ordem política e o sofrimento de cada um dos prisioneiros e sobreviventes não é político e não se pode interpretá-lo desse ponto de vista sob pena de sempre banalizá-lo e explorá-lo de forma oportunista (JAFJE, 2012, p. 185).

Assim como Jaffe, sob a perspectiva da experiência da mãe, o narrador de Laub também comenta a sensação e a necessidade de o assunto ser trazido à fala, por ser sua história:

Eu também não gostaria de falar desse tema. Se há uma coisa que o mundo não precisa é ouvir minhas considerações a respeito. O cinema já se encarregou disso. Os livros já se encarregaram disso. As testemunhas já narraram isso detalhe por detalhe, e há sessenta anos de ensaios e reportagens e ensaios e análises, gerações de historiadores e filósofos e artistas que dedicaram suas vidas a acrescentar notas de pé de página a esse material, um esforço para renovar mais uma vez a opinião que o mundo tem sobre o assunto, a reação de qualquer pessoa à menção da palavra Auschwitz, então nem por um segundo me ocorreria repetir essas ideias se elas não fossem, em algum ponto, essenciais para que eu possa também falar do meu avô, e por consequência do meu pai, e por consequência de mim (LAUB, 2012, p. 9).

Temos, nesse aspecto, através da junção das relações entre os testemunhos e a transmissão da catástrofe, em termos do trauma e da experiência sentida pelas gerações, a urgência do tratamento do tema nas prerrogativas das histórias individuais, porque devido às suas singularidades, as gerações seguintes a sentem nessa subjetividade, pois as histórias são suas, particulares. Segundo a designação de Agamben, sobre as lacunas históricas presentes no ato de testemunhar e a possibilidade de seu preenchimento pelas testemunhas, a relação com o resto, e esse com a ruína, que assume a definição de latência, se efetua, porque os eventos particulares se manifestam. Assim também, ao retomar a ruína no desenvolvimento feito por Derrida, a busca pelos eventos na sua origem aponta para a recuperação também das histórias individuais, pois são elas que vão estruturar o evento coletivo. Nos termos de Benjamin, a ruína mesmo indicando a direção da decadência e do fim (e aqui é necessário lembrarmos a proposta nazista da limpeza étnica que condicionou tanto a construção dos campos, ao usar outro termo benjaminiano, o estado de exceção em sua matéria bruta, quanto seu funcionamento e execução) aparece como respaldo para as histórias individuais surgirem, na necessidade da reinterpretação da história e na sua reescrita a contrapelo, como o autor prescreveu nas Teses sobre a História: pelos vencidos (BENJAMIN, 1994, p. 225), no caso, os salvos e sobreviventes.

O outro exemplo a respeito das conversas geracionais e da transmissão do trauma se efetua sobre a sensação sentida pelas gerações seguintes do trauma da guerra que marcaram os sobreviventes. Jaffe em seu relato, na segunda parte do livro, narra a

sensação traumática sobre um episódio experienciado pela mãe Auschwitz, quando esta sofreu uma punição de ter que sustentar uma pedra na cabeça por horas, acusada injustamente do roubo de um pedaço de manteiga:

Não há como dramatizar ou metaforizar esta pedra. E mesmo assim, ela é o acontecimento, o fato que mais está presente na memória dela e das filhas. É como se este fato fosse a síntese da guerra; não existe nada que possa simbolizar a guerra ou o sofrimento, embora a coisa pedra, a coisa punição, a coisa manteiga possam todas se transformar em símbolos (JAFFE, 2012, p. 112).

Tudo se justifica plenamente, mas, de alguma maneira, quando se olha para ela, a pedra ainda está lá. Saber que ela sustentou uma pedra durante um dia inteiro, que ela machucou para sempre o joelho, e tudo isso porque sua prima, e não ela, tinha roubado um pedaço de manteiga, provoca, na memória de quem ouviu esta história, na memória de suas filhas, um empuxe gravitacional permanente, uma fisgada para baixo, como uma âncora em constante e lenta operação (JAFFE, 2012, p. 113).

Nos moldes da pós-memória, há identificação de uma geração na outra num episódio envolvendo um grande desgaste físico e emocional sofrido por d. Lili, que não seria outra coisa a não ser tortura, e a transmissão desse episódio em termos de trauma para as filhas: o que marcou não é passível de metaforização, mas da sensação do sofrimento por elas. Sobre o avô do narrador de *Diário da queda*, há os efeitos traumáticos no pai desse narrador após o suicídio do avô (lembrando que o silêncio dele em relação ao trauma foi potencializado ao longo dos anos: nos escritos, ele deixava registrado o mundo como ele gostaria de ver, sem perturbações para ele, higienizado, silencioso, sem sujeira e organizado; essa necessidade de controle demonstra o efeito do trauma na estrutura do desenvolvimento das neuroses da guerra, o silêncio, primeiro, e o suicídio, depois):

É possível odiar um sobrevivente de Auschwitz como meu pai odiou? É permitido sentir esse ódio, sem que em nenhum momento se caia na tentação de suavizá-lo por causa de Auschwitz, sem que se sinta culpa por botar as próprias emoções acima de algo como a lembrança de Auschwitz? (LAUB, 2011, p. 136).

Há também os efeitos disso na vida do narrador, que descobre as origens de seu envolvimento com o álcool, resultante desse trauma que atravessa as gerações:

Eu comecei a beber nessa época [aos catorze anos], e poderia até listar o que arruinei por causa disso nos anos seguintes. Um emprego,

porque não conseguia acordar cedo. Um carro, que destruí num acidente em que o carona fraturou o braço. Meus dois primeiros casamentos, que de alguma forma terminaram por causa disso (LAUB, 2011, p. 133).

Ao ser considerado o ponto de vista da ruína enquanto latência nessas últimas passagens, devemos ter em mente a sua leitura a partir da definição do testemunho. Por um lado, há a possibilidade do preenchimento das lacunas históricas pelas testemunhas; por outro essas se configuram tanto como testemunhas integrais (sobreviventes), como por aproximação (nos temos de Agamben, equivalentes às testemunhas da experiência e da história, por Seligmann-Silva, respectivamente); assim, ao assumirem a possibilidade de testemunharem as histórias individuais, elas as fazem a partir da sua manifestação. Conforme a designação de Derrida sobre a procura das origens eventuais, o evento desencadeador do trauma é, evidente, a catástrofe, e a manifestação das ruínas, latentes, é possibilitada também pela transmissão do trauma, das experiências de geração em geração, nas pessoas das testemunhas em seus relatos. Já na configuração da ruína de Benjamin é preciso ter em mente a ideologia de destruição proposta na prática nazista da execução existente dentro dos campos, bem como a organização do regime. Apesar de materialmente ter sido impossível por um tempo imaginar a existência de sobreviventes da Shoah, a testemunha deles sobre o evento não prescinde de fala, é legítima por si só. As ruínas nessa configuração também saltam das passagens históricas, por, de um lado, se configurarem nas testemunhas, nos diálogos intergeracionais e na transmissão do trauma e na troca das experiências, assim como constituírem a urgência prevista por Benjamin de as histórias serem contadas pelos vencidos.

As conversas geracionais partem, evidentemente, das relações com a memória, que são transmitidas, de acordo com as pontuações em torno da pós-memória. Ao mesmo tempo que se configuram como intergeracionais, se ampliam como intra e transgeracionais. Desse modo, de acordo com Hirsch, o testemunho da catástrofe pode ser transmitido também por quem não a vivenciou. Há nos livros, além dos dois exemplos levantados, questões relativas à transmissão que tocam nos temas sobre a linguagem de ordem dos campos, o judaísmo, as tatuagens (nas palavras de Derrida, em *Mal de arquivo*, o arquivo no corpo), a violência dos processos e a maneira com que as personagens recuperaram a dignidade. O testemunho e a pós-memória servem de

intermédio, assim, entre as histórias individuais e a coletiva, que é ampliada e ressignificada a cada narrativa inscrita nela.

Referências bibliográficas:

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: O arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. Trad.: Selvino J. Assman. São Paulo: Boitempo, 2008.

BENJAMIN, Walter. *A origem do drama trágico alemão*. Trad.: João Barrento. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da História”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad.: Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

FREUD, Sigmund. *O homem Moisés e a religião monoteísta: três ensaios*. Trad.: Renato Zwick. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014.

HIRSCH, Marianne. *The generation of postmemory: writing and visual culture after the Holocaust*. New York: Columbia, 2012.

JAFFE, Noemi. *O que os cegos estão sonhando?* São Paulo: Ed. 34, 2012.

LAUB, Michel. *Diário da Queda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SELLINGMANN-SILVA, Márcio. “Literatura e trauma”. *Revista Pro-posições*, vol. 13, set/dez 2002. p. 135-153. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643943> Acesso em 14/03/2016.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. Proj. História, São Paulo, n. 30, p. 71-98, jun. 2005. Disponível em: [http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume30/04-Artg-\(Marcio\).pdf](http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume30/04-Artg-(Marcio).pdf)
Acesso em: 14 dez. 2014.